

Reserva para a informática recebe críticas

A reserva de mercado na área de informática foi derrotada na pesquisa. A maioria — 49,8% — é contra, 39,9% são favor e 10,3% não têm opinião definida. Mesmo entre os favoráveis, existem restrições. “Sou a favor da reserva, mas com certas limitações”, destacou o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA).

No Congresso, é favorável a opinião sobre a liberação das importações. Apenas 9,4% acham que ela deve ser sustada. A grande maioria — 77,8% — entende que as facilidades devem prosseguir, mas as opções se dividem quanto à forma de manutenção (ver quadro na página 6). O senador Amir Lando (PDT-RO), por exemplo, defende a liberação das importações, “mas atendendo setores da economia que não tenham condições de competitividade no mercado.” Já o deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) acredita que todas as medidas que envolvam a liberação de importações devem ser submetidas ao Congresso.

Os congressistas têm opinião quase consensual sobre a dívida externa: 77,3% são a favor do pagamento de acordo com a disponibilidade de divisas do País e alguns desses acham que deve se fazer uma auditoria antes. Apenas 1,5%, é favorável ao pagamento de acordo com o cronograma dos credores. Entre esses, está o deputado Delfim Neto (PDS-SP). Ele sugere, no entanto, que esse cronograma seja discutido entre as duas partes.

INCENTIVOS

A maioria dos congressistas quer a manutenção dos incentivos fiscais (72,2%), mas defende restrições àqueles mecanismos a fundo perdido (56,6%). “Os incentivos regionais devem existir principalmente para questões de segurança nacional”, comenta o senador Divaldo Suruagy (PFL-AL). “Já os a fundo perdido devem existir somente para casos extremos”, opina.

MONOPÓLIO

A união deve ter o monopólio da refinação, importação e exportação do petróleo e seus derivados, na avaliação de 65,6% dos parlamentares. 29,6% são contra e 4,8% não responderam. Quanto a setores da economia, os parlamentares são favoráveis à intervenção do Estado na mineração (40,7%), combustíveis (54,7%), siderurgia (22,6%), comunicações (49,2%), energia (61,3%), agricultura (21,6%), transportes (32,6%). Como houve respostas múltiplas neste item, a posição dos parlamentares diverge bastante quanto ao número de setores e alguns preferiram não especificar o tipo de atividade econômica. “Acho que o Estado deve estar presente onde sua participação for estratégica para um plano de desenvolvimento”, afirma o deputado Sérgio Arouc (PCB-RJ). (F.F.)